

## roleta viciada

O Direito do Jogo é o conjunto de regras e princípios aplicáveis à indústria do jogo, incluindo jogos bancados, máquinas de jogos, jogos de azar ou mecânicas (slot machines), apostas mutuas (por Tj T

lt;/p>

O Direito do Jogo é um ramo do direito em sentido tradicional, mas sim um conjunto de matérias que relevam de modo especial para esta área, incluindo questões de direito constitucional, direito administrativo, direito fiscal, direito das sociedades comerciais, direito dos

9, contratos e direito penal.</p>

Desta forma, o direito do jogo inclui questões de direito público e de direito privado.</p>

Direito do jogo 9, de Macau [ editar | editar código-fonte ]</p>

lt;/p>

/p>

Em Macau, a actividade do jogo assenta em concessões de direito administrativo.[1]</p>

lt;/p>

Actualmente, existem três concessões e três subconcessões de jogos de fortuna e azar: "Sociedade de Jogos de Ma

cau", de Stanley Ho; "Casino 9, Galaxy, S.A.</p>

lt;/p>

", uma subsidiária da Galaxy Entertainment Group (de Hong Kon) Tj T\* BT

</p>

", de Steve Wynn; "Venetian Macau 9, S.A.</p>

lt;/p>

", de Sheldon Adelson; uma parceria entre a MGM e Pansy Ho (filha ) Tj T\* BT

Actualmente, estas concessões e subconcessões

são obrigadas de pagar ao Governo um imposto especial sobre o jogo, que incide sobre as receitas brutas geradas 9, pela exploração do Jogo, sendo a taxa fixada nos 35%.</p>

lt;/p>

[4] Este imposto constitui uma importante, sendo a mais importante

, 9, fonte de rendimentos para o Governo da RAEM.</p>

lt;/p>

Além deste imposto especial, elas também contribuem com uma quantia anual 9, superior a 3% das suas receitas brutas para o desenvolvimento urbano, a promoção turística e a segurança social; e 9, uma quantia anual superior a 2% das suas

receitas brutas para uma fundação pública que tenha por fins a 9,

9, promoção, o desenvolvimento e o estudo de actividades de carácter cultural, social, económico, educativo, científico, académico e filantrópico, a ser 9, indicada pelo Governo.[5]</p>

lt;/p>

A actividade dos promotores de jogo é regulada através do Regulamento Administrativo nº 186: 6/2003 </p>

lt;/p>

lt;/p>

lt;/p>

lt;/p>

lt;/p>